



Estaleiros de Viana no Parlamento a 17 de Setembro

Concessão Regras da subconcessão debatidas seis dias antes do final do concurso.

O decreto-lei que fixa as regras do concurso da subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) vai ser discutido no Parlamento no próximo dia 17 de Setembro (terça-feira). O debate irá realizar-se seis dias antes de terminar o prazo para a conclusão do concurso. A iniciativa parlamentar é da autoria do Partido Socialista (PS), que defende o abandono deste concurso, argumentando que o processo está envolto em "falta de informação" e "nebulosidade", já que para ter acesso às peças do concurso é necessária uma declaração de confidencialidade e o pagamento de uma caução de mil euros. O concurso para a subconcessão dos terrenos e infraestruturas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi lançado pela administração da empresa no passado dia 31 de Julho, após autorização do Governo através de decreto-lei.

Fonte oficial do Ministério da Defesa Nacional, que tutela os estaleiros, afirmou à Lusa que o debate vai ser "mais uma oportunidade" para se discutir a gestão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo nos últimos anos.

No final de Agosto, o Ministério da Defesa confirmou que 14 entidades já manifestaram interesse no concurso da subconcessão dos terrenos e infraestruturas dos estaleiros,

que irá vigorar até Março de 2031. "O facto de 14 entidades já terem manifestado interesse em conhecer os pressupostos da subconcessão dos estaleiros ENVC transmite a confiança de que será possível manter a actividade industrial e os postos de trabalho naquela região", disse na altura fonte oficial do Ministério.

A renda anual proposta pela subconcessão vai valer 70% na avaliação do júri do concurso, segundo o programa de procedimento. Outro critério de avaliação prevê o pagamento de uma caução, que não poderá ser inferior a 5% da soma das rendas anuais propostas durante o período da subconcessão, equivalente a 209 meses (17,42 anos) e cujo montante proposto representará 30% do peso da avaliação. Terminada a data do concurso, a 23 de Setembro, o júri presidido pelo procurador-geral adjunto João Cabral Tavares terá de apresentar à administração dos Estaleiros de Viana o vencedor do concurso e o segundo classificado, que serão ainda convidados a melhorar as respectivas propostas. O PS vai ainda defender a privatização parcial da empresa num modelo semelhante ao adoptado nas OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, em que o Estado mantém 35% do capital.



O Governo revelou que 14 entidades já demonstraram interesse na subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.